

BRICS – um instrumento para a transição hegemônica dos estadunidenses para os chineses

BRICS - an instrument for a hegemonic transition from United States of America to China

Gabriela Chagas Ottoboni*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discorrer a respeito de um possível processo de transição de poder dos Estados Unidos para a China, tendo em perspectiva as dinâmicas do sistema internacional na última década. Neste sentido, o grupo de economias emergentes BRICS é analisado como plataforma de atuação dos chineses em âmbito político, e, principalmente, na esfera econômica. Com suas recentes construções financeiras, o agrupamento entra em novo período de institucionalização, passando a utilizar de recursos próprios para propiciar projetos de infraestrutura e servir como alternativa para promoção de liquidez em momentos de crise. As transformações no contexto global – da globalização à crise de 2008, do advento do multilateralismo à criação do BRICS – são consideradas quando da interpretação do papel que a China representa atualmente nas relações internacionais.

Palavras-chaves: China. EUA. BRICS. Hegemonia.

Abstract

This article aims to discuss about a possible process of power transition from the United States to China, in regards of the dynamics of the international system in the last decade. In this sense, the group of emerging economies known as BRICS is analyzed as a platform for Chinese performance in both the political and, especially, economic sphere. With its latest financial creations, the group enters a new period of institutionalization, depending on its own resources in order to deliver infrastructure projects and become an alternative for liquidity promotion in challenging times. Transformation in global context – from globalization to the 2008 crisis, from the rise of multilateralism to the creation of the BRICS group – are considered when analyzing China's current role in international relations.

Keywords: China. USA. BRICS. Hegemony.

* Estudante de Relações Internacionais em programa de Iniciação Científica da Universidade Anhembi Morumbi. Contato: arice.gabriela@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0002-7562-1456>

Introdução

O artigo tem como proposta analisar o atual cenário político-econômico internacional, tendo em perspectiva dois fundamentais atores, quais sejam os Estados Unidos e a China, assim como tem por objetivo servir de material para compreender as alterações em um sistema que, ao longo do tempo, vem definindo-se como multipolar. Norteada pela disciplina de Economia Política Internacional, na área de Ciências Humanas, o trabalho consiste em discorrer acerca de um possível processo de transição hegemônica dos Estados Unidos para a China, tendo como consequência a configuração dos países emergentes intitulada BRICS.

Cunhados como responsáveis pelo crescimento mundial em um contexto marcado pela crise do *subprime*, em 2008, o grupo BRICS vem conquistando reconhecimento entre os demais atores globais através, principalmente, da recente criação de duas novas instituições financeiras, como alternativa aos arranjos internacionais – Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), ambos com capacidade de até US\$100 bilhões cada um, servirão como ferramentas de auxílio financeiro aos países emergentes e em desenvolvimento do cenário internacional, assim como aos do próprio grupo – este último exclusivo ao ACR. Segundo Griffith-Jones (2014) existe um déficit anual de aproximadamente um trilhão de dólares no setor de desenvolvimento sustentável e infraestrutura, logo o grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), através do NBD, pretende, em alguma medida, servir como oportunidade ao problema em questão.

Ougaard (2015) aponta a crise econômica de 2008 como ponte para a crise política, no que tange à hegemonia entre os Estados. Tão logo, defende que uma nova configuração de poder e um novo projeto hegemônico serão estabelecidos através dos resultados da crise política. Sob esta concepção, e, sendo a China a principal concorrente dos norte-americanos, buscar-se-á analisar os vácuos de poder deixados pelos últimos e os investimentos da primeira.

O trabalho está dividido em quatro seções. Primeiramente será analisada a conjuntura chinesa, de modo a apontar fatos históricos que atestam a transformação do país, no campo econômico e social, nos últimos anos. A seção subsequente analisará a participação da China na economia internacional através de sua atuação

dentro do BRICS, principalmente à luz da criação dos instrumentos financeiros do grupo. Na próxima seção será debatida a performance dos Estados Unidos após a crise de 2008 e o atual papel chinês nas relações econômicas internacionais. A seção seguinte analisará o histórico das relações sino-estadunidense. Por fim, na última seção, serão abordadas as considerações finais, sintetizando as ideias discutidas no decorrer da pesquisa.

Breve conjuntura da China

Tendo por objetivo analisar um possível cenário de transferência de poder, o artigo apresenta fatores que levaram a China a desempenhar importante papel no processo de crescimento global nos últimos anos. Ainda, leva em conta as relações político-econômico-comerciais chinesas, a fim de proporcionar maior compreensão acerca das novas diretrizes lançadas pela potência asiática e dos subsequentes desdobramentos no sistema internacional.

Desde 1978, com as reformas econômicas introduzidas por Deng Xiaoping, o país vem assumindo um relevante processo de desenvolvimento econômico, levando a China a uma nova inserção na economia internacional. Adotando medidas como a progressiva liberalização dos preços, eliminação gradual do sistema de agricultura coletiva, descentralização fiscal e abertura comercial e financeira, para citar algumas, a potência foi, ao longo dos últimos 30 anos, se distanciando de seu original planejamento central (VIEIRA, 2009).

Com o processo de desenvolvimento industrial, a população chinesa se deslocou aos centros urbanos com o intuito de se buscar novas oportunidades de emprego. Apesar do problema político e social que gira em torno dos baixos salários de trabalhadores chineses, nota-se uma redução do nível de pobreza – isto é, aqueles que ganham menos de US\$ 2 por dia – nos países da Ásia Oriental e Pacífico, em mais de 500 milhões de habitantes, segundo dados do Banco Mundial¹. Com a melhoria relativa dos salários, a população antes sem acesso aos bens duráveis e não duráveis passam a posicionar-se como consumidores de produtos industrializados, em especial da Ásia.

Ademais, começa a emergir em território chinês um ávido mercado consumidor em dois diferentes setores, quais sejam de

1. Dados publicados originalmente pelo Banco Mundial, no entanto, para esta pesquisa, foram extraídas da obra de Gonçalves e Pinto (2013).

maquinários e commodities (GONÇALVES; PINTO, 2013). Todavia é importante destacar que, apesar de possuir o segundo maior PIB em 2014², atrás somente dos EUA, a China ainda lida com um PIB per capita³ consideravelmente baixo quando comparado aos demais países emergentes e em desenvolvimento.

Em tempo, em razão das reformas econômicas internas adotadas a partir do fim da década de 1970, mas não se limitando somente à elas, a China passou a crescer e atuar em mercado internacional. Gonçalves e Pinto (2013) analisam que de 1980 a 2012, houve um salto nas exportações do país, de 0,9% para 11,2%, de modo com que o país se tornasse o maior exportador de bens do mundo, seguida dos EUA e da Alemanha.

O crescente saldo externo da China gerou condições para o aumento de suas reservas internacionais, em especial o dólar americano, tornando-se a maior detentora de reservas internacionais do mundo⁴, seguida pelo Japão. Paralelamente, cabe aqui apontar que, em 2014, estes mesmos países detinham juntos a maior concentração de títulos da dívida norte-americana – Japão em primeiro lugar com um total de US\$1,917 bilhões e a China, imediatamente após, com US\$1,817 bilhões⁵.

BRICS e o papel chinês em contexto internacional

Em 2014, o BRICS realizou sua VI Cúpula, no Brasil, a qual resultou na assinatura da Declaração de Fortaleza. Pelo documento, o grupo defende a existência de uma crescente perda de legitimidade e eficácia das atuais instituições de governança global. Não obstante, ressalta sua importância na promoção de medidas

2. O PIB da China, para o ano de 2014, correspondeu a um total de US\$10,354,831,729,340, ao passo que o dos Estados Unidos, para o mesmo período, seguiu no valor de US\$17,419,000,000,000. (ESTADOS UNIDOS, 2016a)

3. O PIB per capita chinês corresponde a um valor de US\$7, 590.0, para o ano de 2014. Dentre o BRICS, a China somente possui índice mais alto que a África do Sul e a Índia, com PIB per capita no valor de US\$6, 482.8 e US\$1, 581.5, respectivamente. (ESTADOS UNIDOS, 2016b)

4. Segundo avaliação para dezembro de 2015, as reservas internacionais da China são equivalentes ao valor de US\$3, 217,000,000,000. Dado disponível no website da Central Intelligence Agency (CIA). (ESTADOS UNIDOS, 2016d). Vale destacar ainda que, dentre o BRICS, com exceção da África do Sul, a Rússia, a Índia e o Brasil encontram-se no “Top 10” países detentores de reservas internacionais, em 7º, 9º e 10º lugar respectivamente.

5. Ambos os dados foram extraídos do United States Department of the Treasury (ESTADOS UNIDOS, 2014).

pacíficas, estáveis e próspera à comunidade internacional, marcada por instabilidades políticas e crises financeiras e econômicas (BRASIL, 2014b).

Fora assinado, nesta ocasião, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), instituição que receberá uma quantia inicial de US\$ 50 bilhões oriunda do grupo, podendo estender a um total de US\$ 100 bilhões, caso haja contribuições de outros países. O foco do NBD é o investimento em infraestrutura e em medidas de desenvolvimento sustentável, direcionados aos países emergentes e em desenvolvimento, de modo a assistir financeiramente em projetos de desenvolvimento, e funcionar paralelamente às outras instituições financeiras internacionais.

Estas economias, ao longo do tempo, aumentaram suas participações no PIB mundial bem como no crescimento econômico global, passando a concentrar uma quantia considerável de reservas internacionais. Em situação paralela, é sabido que existe uma lacuna de mais de US\$1 trilhão anual na área de investimento em infraestrutura e desenvolvimento sustentável voltado aos países de economias emergentes (GRIFFITH-JONES, 2015).

A persistência de um déficit tão grande poderá limitar o futuro crescimento de economias em desenvolvimento bem como implicar na falta de eletricidade e água limpa a uma grande parte da população. Neste sentido é reforçada a importância da criação de ferramentas para suprir as omissões para com setores sensíveis de mercados emergentes, deixadas por instituições internacionais, e servir de plataforma para impulsionar as atividades do NBD, fomentando consequentemente o processo de integração do grupo BRICS.

O anúncio da limitação do programa de estímulo monetário lançado pelo Federal Reserve (FED), o *Quantitative Easing* (QE)⁶, em 2013, demonstrou a vulnerabilidade dos mercados emergentes aos choques externos oriundos de países desenvolvidos. Segundo Eichengreen e Gupta (2014), a medida teve maior impacto em economias que permitiram maior apreciação de suas taxas de câmbio e maior aumento em seus déficits em conta corrente no ano anterior ao afrouxamento. Com exceção da China, todos os demais países do BRICS apresentaram depreciação cambial e queda nas reservas internacionais.

6. Este programa, lançado pelo US Federal Reserve (FED), tem por objetivo reduzir as taxas de juros através da compra de títulos do governo, o que, teoricamente, impulsionaria a população a consumir mais, estimulando as atividades econômicas do país.

Em contrapartida, economias com maiores superávits de conta corrente, saldos orçamentais mais fortes, menor inflação e mais reservas sentiram menor depreciação na taxa de câmbio. Deste modo, conclui-se que os episódios de volatilidade em mercados globais e a intensidade em que mercados emergentes foram afetados sugerem que os fundamentos econômicos dos países são importantes para a determinação das reações dos mercados (MISHRA et al., 2014).

As implicações decorrentes da política monetária do FED fizeram com que o mercado financeiro redobrasse atenção aos países de maiores necessidades de financiamento externo, em especial à África do Sul, Brasil, Índia, Indonésia e Turquia, marcados por fortes desvalorizações cambiais. Aizenman, Binici e Hutchison (2014) sugerem que em uma era marcada pela globalização financeira, mercados financeiros de economias emergentes não estão isolados das mudanças nas orientações políticas de países desenvolvidos, como os EUA.

É neste âmbito que Griffith-Jones (2014) reforça a importância da elaboração de instrumentos no Sul de provisão de liquidez a curto prazo, principalmente, em razão do intenso fluxo de saída de capital e queda na taxa de câmbio, sentidas após limitação do programa de QE. Para Jones, existe uma clara lacuna para a criação de um fundo monetário liderado por países do Sul, em especial pelo BRICS, notadamente, como opção aos empréstimos do FMI, concedidos por meio de condicionalidades inadequadas.

Em junho de 2013, os presidentes Xi Jinping e Dilma Rousseff conversaram a respeito de medidas para reforçar a coordenação de políticas, mediante valorização do dólar e seus efeitos no mercado financeiro (YOUNIS, 2013). A discussão com os demais membros do BRICS resultou na elaboração do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Formalizada na VI Cúpula BRICS, a instituição foi coordenada pelos Ministros das Finanças de cada país, no valor de US\$100 bilhões, visando a geração de liquidez por meio de *swaps* de divisas, sendo a China sua maior contribuinte, com um total de US\$41 bilhões⁷.

Cintra e Pinto (2015) entendem o NBD e o ACR como ferramentas de ampliação do poder financeiro chinês. As instituições BRICS, recebendo maior parcela de investimento de origem chinesa, representam plataformas para alavancar a participação da China no sistema financeiro internacional de forma a redefinir, aos poucos, sua relação com as demais economias, em especial às em seu entorno.

7. Segundo a estrutura de investimento de capital do ACR, Brasil, Rússia e Índia contribuiriam com US\$18 bilhões e a África do Sul com US\$5 bilhões.

O financiamento de projetos de investimento, embora apresente baixas taxas de retorno, é mais atraente para a alocação das reservas internacionais dos chineses se comparado à manutenção destas em títulos da dívida do governo norte-americano, com taxas de retorno ainda mais baixas (CINTRA; PINTO, 2015). O volume de reservas pode ainda ser compreendido como uma vantagem, quando comparado aos demais países emergentes, para lidar com choques externos, como os das décadas de 1980 e 1990 (VIEIRA, 2009).

Em comparação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o ACR e o NBD oferecem nova oportunidade de assistência financeira, mas não excluem as atividades e, muito menos, a importância das duas instituições financeiras já existentes. Conforme artigo 18 do Plano de Ação de Fortaleza (2014), elaborado na VI Cúpula do BRICS:

continuamos desapontados e seriamente preocupados com a presente não implementação das reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010, o que impacta negativamente na legitimidade, na credibilidade e na eficácia do Fundo. O processo de reforma do FMI é baseado em compromissos de alto nível, que já reforçaram os recursos do Fundo e devem também levar à modernização de sua estrutura de governança, de modo a refletir melhor o peso crescente das economias emergentes de mercado e países em desenvolvimento na economia mundial [...] Reiteramos nosso apelo ao FMI para formular opções para avançar seu processo de reforma, com vistas a garantir maior voz e representação das economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, caso as reformas de 2010 não entrem em vigor até o final do ano. (BRASIL, 2014a)

Neste sentido, é importante destacar que os instrumentos BRICS surgem como complemento ao atual sistema FMI-BM, e não como tentativa de extinguir a ordem econômica vigente (SACHS, 2014). Não obstante, estas iniciativas poderão influenciar no sistema econômico-financeiro mundial, no que tange, principalmente, mas não se restringindo, a mecanismos de provisão de liquidez internacional. Enquanto a reforma do sistema de cotas do FMI continua parada no Congresso estadunidense⁸, o NBD e o ACR poderão operar no desenvolvimento de países, sobretudo os periféricos, via empréstimo.

8. Os sistemas de votação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional funcionam à base de quotas, pelo qual se considera o tamanho da economia de um país. O país com maior poder de voto é o Estados Unidos, com um total de 16,81%, ao passo que as maiores economias do BRICS, China e Índia, possuem o equivalente a 6,19% e 2,68% respectivamente. As menores parcelas de votação dentro do grupo correspondem, sequencialmente, à Rússia (2,64%), Brasil (2,26%) e África do Sul (0,65%). Para mais detalhes acerca da relação país/porcentagem de voto. (ESTADOS UNIDOS, 2016c).

As criações financeiras do BRICS podem ser entendidas, ainda, como mecanismos de representatividade dos emergentes, muitas vezes abafada pelo funcionamento das construções do mundo ocidental. Ainda é incerto quanto ao futuro de ambos os fundos, mas é importante destacar que outro emprestador, com foco em mercados emergentes, é de grande peso para o setor de desenvolvimento.

O desenvolvimento de grandes e efetivas instituições do BRICS, como o Arranjo Contingente de Reservas e o banco BRICS, pode ser uma valiosa plataforma para o avanço de reformas do BRICS na arquitetura do desenvolvimento e das finanças internacionais que favorecem os países emergentes e em desenvolvimento em geral (GRIFFITH-JONES, 2014).

Com um PIB superior a US\$29 trilhões, o equivalente a 25% do PIB mundial em PPP, os países BRICS, com exceção à África do Sul, estão entre as 20 economias do mundo que mais receberam Investimento Estrangeiro Direto (IED) no ano de 2014⁹, conforme ilustra a Tabela 1. É importante destacar que, para o mesmo período, a China configurou-se em primeiro lugar, recebendo um total anual de US\$129 bilhões, 4% a mais que no ano anterior, principalmente em razão do setor de serviços (UNCTAD, 2015).

Tabela 1 - *Ranking* das economias BRIC dentre os 20 maiores receptores de IED para o ano de 2014 (em bilhões de dólares)

Posição	País	2014
1	China	129
6	Brasil	64
9	Índia	34
16	Rússia	21

Fonte: UNCTAD, 2015

Fora isso, os investimentos estrangeiros destinados ao BRICS representaram 21% de participação no PIB mundial, para o ano de 2014. Conforme a tabela abaixo, dentre os grupos apresentados, somente dois são formados exclusivamente por economias emergentes ou em desenvolvimento: BRICS e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – sendo o primeiro, portanto, o mais investido entre ambos.

9. Pela pesquisa realizada pela UCTAD, de 2013 para o ano de 2014, os Estados Unidos, até então o principal destino de IED no mundo, teve uma redução de quase US\$140 bilhões de dólares – a maior dentre as 20 economias listadas. Este cenário provou a queda dos EUA do primeiro para o terceiro lugar, atrás de Hong Kong e China, ambas com crescimento neste segmento.

Tabela 2 - *Ranking* dos principais grupos regionais/inter-regionais receptores de IED em 2014 (em bilhões de dólares)

Grupo	IED	Participação no PIB mundial (%)
APEC	652	53
G20	635	52
RCEP	363	30
TIIP	350	28
TTP	345	28
BRICS	252	21
NAFTA	169	14
ASEAN	133	11
MERCOSUL	73	6

Fonte: UNCTAD, 2015

Em linhas gerais, é importante ressaltar que, embora tenha passado por um período conturbado, o BRICS não cessou suas atividades, sobretudo após a institucionalização do grupo, mediante a construção do NBD e do ACR. As reuniões anuais, o incremento das relações intra-BRICS e o estabelecimento de instrumentos financeiros internacionais são respostas de como os integrantes do grupo conseguiram, em pouco tempo, convergir seus interesses e objetivos, ainda que apresentem sistemas político-econômicos díspares.

Cabe aqui destacar a construção de canais de diálogo entre os membros em questões que se estendem desde áreas científicas¹⁰ até acadêmicas¹¹. Para Stuenkel (2015), o BRICS pode ser considerado um passo inicial na aproximação de países que, até então, haviam sido marcados por “ignorância mútua”. Ademais, a articulação do BRICS no sistema internacional poderá conferir abertura para demais potências emergentes, reduzindo, em alguma medida, a centralidade institucional dos EUA.

Sobretudo, é significativa a articulação destas duas novas instituições financeiras, principalmente diante da morosidade na reforma do sistema de quota do FMI – dominado pelas economias desenvolvidas – para a frustração dos demais países em desenvol-

10. Recentemente, em 2015, o BRICS liberou uma quantia de US\$24 milhões para a criação de um fundo voltado para o financiamento de projetos de pesquisas conjuntos nos campos da ciência, tecnologia e inovação. Para mais detalhes. (PORTAL BRASIL, 2016).

11. Também em 2015 foi lançada a criação da Universidade em Rede do BRICS – um projeto acadêmico voltado para alunos de pós-graduação. Esta inovação oferecerá, ao final do programa, diploma da universidade do exterior e um certificado da Rede BRICS.

vimento, sem meios para uma melhor atuação. Mais importante, ainda, é levar em conta o papel da China como “força motriz” por trás das conquistas do BRICS¹².

Das relações sino-estadunidenses

Configurado como período de descongelamento das relações entre as superpotências norte-americana e soviética do mundo bipolar, a *détente* foi palco para transformações no cenário internacional, desde o advento do Terceiro Mundo, com maior articulação das economias do Sul na política internacional, até a promoção do multilateralismo. Neste sentido, Kissinger reconhecia na China papel fundamental para a manutenção do mundo multipolar, principalmente em razão de seu potencial econômico e estratégico.

As relações com o país asiático passam a ganhar notoriedade ainda durante o período da Guerra Fria, mais especificamente na década de 1970, a partir da reaproximação bilateral das economias. Sob o governo Nixon, o então secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger retoma atividades com Mao Tsé-Tung após reconhecer a República Popular da China como única, refutando seu antigo apoio ao separatismo em Taiwan.

Através das transformações internas na China de Deng Xiaoping, em 1987, como resposta à política das Quatro Modernizações, com ênfase nos setores industrial, agrícola, militar e ciência e tecnologia, bem como a abertura do mercado para entrada de capital externo nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), foi possível ao país o alcance do desenvolvimento econômico e seu estabelecimento como potência (PECEQUILO, 2013).

Durante o governo Clinton, o plano de ação cunhado como Engajamento & Expansão (E&E), lançado em 1993, contou como uma de suas principais medidas a disseminação de valores e princípios do mundo ocidental, em especial a democracia e o livre-mercado, de modo a fomentar as relações multilaterais, em um sistema de ordem multipolar. Interessava aos Estados Unidos a recuperação de sua economia e o aumento de suas parcerias, através da abertura de mercado aos produtos norte-americanos.

12. Neste sentido, é fundamental analisar não somente as questões referentes aos investimentos chineses nas instituições BRICS, em especial ao ACR – dado sua fatia de contribuição de US\$41 bilhões – mas também, e talvez mais importante ainda, em razão de sua parceria com outros países em desenvolvimento, seja através de suas relações bilaterais ou mediante sua participação em grupos regionais.

Em paralelo, a questão da segurança continuou como prioridade ao governo estadunidense, em especial, após os contenciosos no Irã e Iraque. Neste sentido, conforme destaca Pecequillo (2013), “o foco de segurança é a Eurásia, com China e Rússia surgindo como potências competidoras e parceiros estratégicos, ao qual se deve aplicar uma estratégia de contenção.”

A subida ao poder de George W. Bush, em 2001, e a orientação republicana do novo governo, abre espaço para nova política externa ao país, de inspiração realista, com ênfase no poder e interesse nacional. Condoleezza Rice (2000), Conselheira de Segurança Nacional durante o primeiro mandato Bush, em publicação ao *Foreign Affairs*¹³, no ano de 2000, critica a presidência Clinton ao contestar as atitudes políticas, de tendência multilateral. No que tange às relações sino-americanas, Rice destaca que:

a China continua a ser uma ameaça potencial para a estabilidade na região Ásia-Pacífico. Seu poder militar atualmente não é páreo aos Estados Unidos. Mas essa condição não é necessariamente permanente. O que sabemos é que a China é uma grande potência com interesses vitais não resolvidos, particularmente no que diz respeito a Taiwan e ao Mar do Sul da China. A China se ressentida do papel dos Estados Unidos na região Ásia-Pacífico. Isto significa que a China não é uma potência de “status quo”, mas uma que gostaria de alterar o equilíbrio de poder da Ásia em seu favor. Isto, por si só, o torna um concorrente estratégico, não o “parceiro estratégico” como a administração Clinton o chamava. (FOREIGN AFFAIRS RICE, 2000, tradução nossa)

Em contraposição ao governo Clinton, Bush reconhece em Taiwan uma parceira regional importante, principalmente em razão da adoção dos valores democráticos e de orientação para o mercado – difusas, em vigor, pelos Estados Unidos – e a conseqüente segurança do país.¹⁴

13. China is still a potential threat to stability in the Asia-Pacific region. Its military power is currently no match for that of the United States. But that condition is not necessarily permanent. What we do know is that China is a great power with unresolved vital interests, particularly concerning Taiwan and the South China Sea. China resents the role of the United States in the Asia-Pacific region. This means that China is not a “status quo” power but one that would like to alter Asia’s balance of power in its own favor. That alone makes it a strategic competitor, not the “strategic partner” the Clinton administration once called it.

14. Condoleezza Rice aponta que as divergências entre Taiwan e China, e o reconhecimento da República Popular da China como China única (política da “one-China”), pelos Estados Unidos, por ora se mantém como tática inteligente. Esta medida, no entanto, requer que nenhum dos países desafie o status quo, e que Pequim, como ator mais poderoso, deverá abrir mão do uso da força. A ex-conselheira contesta a inclinação de Clinton a Taiwan, defendendo que a potência norte-americana, buscando instaurar ambiente pacífico, deverá agir de modo firme – até que soluções diplomáticas sejam aplicadas.

Em paralelo, defende a transformação interna e crescimento econômico da China, ao passo que não dispensa a lógica da contenção do poder da mesma, destacando que “cooperação deverá ser buscada, mas nós nunca devemos temer o confronto com Pequim quando nossos interesses se chocarem”. (FOREIGN AFFAIRS RICE, 2000, tradução livre).

Os atentados terroristas a Nova Iorque e Washington marcam o início do desconcerto norte-americano e o advento da notória Doutrina Bush. Ao substituir o plano de ação de Clinton, o E&E, a nova orientação do governo, também conhecida como Doutrina Preventiva, era da prevenção do terrorismo em contraste à contenção do mesmo. Assim, conforme indica Pecequillo (2013), todos os países eram tidos como inimigos aos Estados Unidos caso não os apoiassem nesta nova operação, incluindo potências em transição, como eram caracterizadas Rússia e China.

A guerra do Iraque, em 2003, somado ao advento da crise econômica, anos seguintes, alteraram o panorama norte-americano de tal modo que, ainda hoje, não se viu superação total. Pecequillo (2013) sintetiza:

ao desconstruir o sistema de liderança norte-americana criado em 1945, os Estados Unidos contribuíram para a crise de sua hegemonia, em termos materiais e ideológicos. Apesar das reformas que tentou empreender em seu segundo mandato, Bush abriu uma nova era de hipóteses sobre o declínio que se consolidariam a partir de 2007 com a eclosão econômica.¹⁵

O surgimento de novas potências no espaço internacional ganhou a atenção de Bush e seus aliados, em seus últimos anos no poder, quando em 2006 reformulou sua *National Security Strategy* (NSS)¹⁶, privilegiando o multilateralismo, a cooperação e a aproximação às potências regionais, tendo em vista às transformações no cenário geopolítico e geoeconômico global.

Paralelamente, novas articulações regionais, sem participação dos Estados Unidos, são formuladas, caracterizando as cha-

15. As reformas se referiam a quatro pontos: à perda de legitimidade e credibilidade hegemônicas, à estagnação do sistema multilateral, ao surgimento de coalizações anti-hegemônicas e à utilização da doutrina preventiva por países que temiam invasão pelos Estados Unidos e à ascensão de novas potências e distanciamento de antigos aliados, resultando na definição de um sistema internacional multipolar e na desconstrução do poder.

16. O documento refere-se à elaboração dos interesses e objetivos norte-americanos quanto à segurança do país, visando promover os interesses nacionais e impedir a agressão.

madras geometrias variáveis. Merecem destaque a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), e o BRICS, para mencionar alguns arranjos internacionais – todos compostos, majoritariamente, por economias emergentes.

Foi com o governo de Barack Obama que o multilateralismo passou a receber mais atenção, assim como questões referentes à aproximação aos países emergentes e parceiros tradicionais e a preocupação com o continente africano, há tempos colocada em segundo plano. Segundo Obama,

mais atores exercem poder e influência. [...] China e Índia – as duas nações mais populosas do mundo – estão se tornando cada vez mais engatadas nos assuntos globais. Da América Latina à África para o Pacífico, novas potências emergentes oferecem oportunidades de parcerias [...] Instituições internacionais desempenham um papel fundamental na facilitação da cooperação, mas, por vezes, não consegue tratar eficazmente as ameaças ou aproveitar novas oportunidades. (ESTADOS UNIDOS, 2010, tradução nossa)¹⁷

Reconhecendo a importância e o peso das economias emergentes no novo ordenamento global, e do destaque ao papel desempenhado pela China nos últimos anos, os Estados Unidos reconhecem que um “relacionamento pragmático e efetivo entre ambos é essencial para enfrentar os grandes desafios do século XXI” (ESTADOS UNIDOS, 2010, tradução nossa)¹⁸. Além do mais, Obama segue orientação liberal quando reconhece as vantagens da cooperação no mundo interconectado que caracteriza o sistema atual:

estamos trabalhando para construir parcerias mais profundas e eficazes com outros importantes centros de influência - incluindo a China, a Índia e a Rússia, bem como com nações cada vez mais influentes como o Brasil, África do Sul e da Indonésia – de modo que possamos cooperar em questões bilaterais e globais, com o reconhecimento de que poder, num mundo interligado, já não é mais um jogo de soma zero. Estamos expandindo nosso alcance às nações emergentes, especialmente àqueles que podem ser mo-

17. More actors exert power and influence. [...] China and India—the world’s two most populous nations—are becoming more engaged globally. From Latin America to Africa to the Pacific, new and emerging powers hold out opportunities for partnership [...] International institutions play a critical role in facilitating cooperation, but at times cannot effectively address new threats or seize new opportunities.

18. (...) a pragmatic and effective relationship between the United States and China is essential to address the major challenges of the 21st century.

delos de sucesso e estabilidade regional, das Américas à África ao Sudeste Asiático. (ESTADOS UNIDOS, 2010, tradução nossa)¹⁹

O reconhecimento do peso das economias emergentes, ora como ator político, ora como articulação econômico-comercial, permitiu aos blocos regionais maior confiança quanto à pressão por reformas no sistema internacional, principalmente entre as instituições globais. Tendo isto em vista, o BRIC²⁰, durante a Cúpula de Ecatimburgo, na Rússia, expressa em sua Declaração Conjunta que:

estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais [...] Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e mais diversificado. (BRASIL, 2009)

Segundo Pecequillo (2013), existem analistas que defendem que por mais significativa seja a atuação de coalizões e grupos regionais, e suas implicações às relações internacionais, como o BRICS, estes não possuem como objetivo central o fim da hegemonia, mas, sim, a reformulação do sistema. Alguns autores defendem ainda, a atuação dos Estados Unidos como berço dos valores ocidentais, baseados na difusão do livre-mercado e na democracia, e fonte para exportação desta ideologia através dos tempos.

Para Ikenberry (2011), a vantagem militar dos norte-americanos é incontestável. A questão é no quanto os Estados Unidos estão dispostos em utilizar desta ferramenta, por assim dizer, como barganha na elaboração de regras gerais e instituições globais. Na tangente do pensamento de Nye, quanto ao poder brando – ou *hard power*, como concebido originalmente no inglês – caso seja aplicado corretamente, poderá condicionar aos estadunidenses oportunidades para renegociar o sistema hegemônico. O autor destaca

19. We are working to build deeper and more effective partnerships with other key centers of influence—including China, India, and Russia, as well as increasingly influential nations such as Brazil, South Africa, and Indonesia—so that we can cooperate on issues of bilateral and global concern, with the recognition that power, in an interconnected world, is no longer a zero sum game. We are expanding our outreach to emerging nations, particularly those that can be models of regional success and stability, from the Americas to Africa to Southeast Asia.

20. Em 2009, o grupo BRIC não contava com a presença da África do Sul – o país se torna membro oficial no ano seguinte, de modo a configurar o “S” em BRICS. A economia emergente africana participa, pela primeira vez como participante do acrônimo em 2011, na 3ª Cúpula, em Sanya, na China.

os Estados Unidos irá querer exercer o seu poder legitimamente em um mundo de regras e instituições. Terá também incentivos para construir e fortalecer as instituições regionais e globais em preparação para um futuro pós-unipolaridade. O aumento de poder da China, Índia e outros membros não-Occidentais representa um desafio para a antiga ordem liderada pelos americanos, que exigirá novos e maiores arranjos internacionais mútuos. (IKENBERRY, 2011)

Em suma, caberá aos Estados Unidos, conforme exposto por Ikenberry (2001), retomar seus valores originais – mercados abertos, comunidade democrática, segurança cooperativa e uma ordem baseada em regras – para configurar-se, novamente, como centro de poder. Será necessário, no entanto, aproximar os demais estados e recriar as instituições de governança do sistema a partir de alianças, parcerias, comunidades democráticas, instituições multilaterais, entre outras. (IKENBERRY, 2011)

Paralelamente, as modificações sofridas pela China, e seus consequentes impactos regionais e globais, levantam suspeitas, entre analistas, quanto à reconfiguração do eixo do poder mundial, sustentado, principalmente, pelo desempenho chinês como superpotência global do século XXI, em contraste ao dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2013).

A (possível) transição hegemônica

Hoje, o debate em torno de uma nova ordem mundial é pautado sobre a possível hegemonia chinesa, tendo em mente o aumento do papel desempenhado por este no sistema internacional. Para Gonçalves e Pinto (2013), o processo de globalização proporcionou alterações significativas nas estruturas e relações econômicas, em especial nas alterações de poder relativo entre os países. Os autores apontam a ascensão da China, em paralelo à perda relativa dos EUA, como resultado deste fenômeno global.

Como efeito da globalização, a liquidez do sistema sofreu notável crescimento, e permitiu, em pouco mais de 30 anos, que a China passasse a se tornar um dos maiores detentores de reservas internacionais. Em paralelo, uma das consequências da globalização para os EUA foi a transição do papel de maior credor para maior devedor do mundo. Esta transferência, contudo, não aniquilou o poder econômico do país, ainda elevado. (GONÇALVES; PINTO, 2013).

O poder dos Estados Unidos é um tema em constante debate. Autores defendem que, embora a China tenha aumentado sua participação na economia mundial, os EUA ainda detêm o *status* de “locomotiva” da economia. Ademais, em razão da integração produtiva sino-estadunidense, existe uma relação de interdependência entre ambas as potências, que pode contribuir para uma harmonia no sistema internacional.

Fiori (2004) acrescenta à questão da complementariedade, a competição, defendendo a ideia de que a relação estabelecida entre a China e os EUA, a partir da década de 1990, possui caráter complementar e competitivo, e, ao mesmo tempo, econômico e militar. Todavia, defende que os estadunidenses deverão bloquear o movimento expansivo chinês, caso este último passe a adquirir formas de domínio imperiais, não se restringindo mais ao campo econômico.

Ikenberry (2001), de um modo geral, defende que os Estados, na intenção de dar continuidade ao papel de líder no sistema internacional, precisam ser menos modestos e reconhecer que a dinamicidade das atividades estatais promove alteração nas estruturas internas dos países, e conseqüentemente em suas relações de poder. Portanto, quando da avaliação do comportamento dos Estados Unidos, destaca:

autoridades dos EUA deveriam lembrar que a roda de poder mundial gira. Nem a Rússia ou o Japão ficará por baixo para sempre. A Europa eventualmente conseguirá colocar suas problemáticas em ordem. O modo como a América trata os demais superestados em declínio irá influenciar em como os mesmos tratarão a América quando – e não se – recuperarem. (ESTADOS UNIDOS, 2001)

A potência estadunidense foi, ainda, a responsável por encerrar com o então existente padrão-ouro e lançar uma nova lógica monetária, sem lastro, com base na acreditação do tamanho da economia estadunidense, a chamada moeda fiduciária (GOWAN, 2003; FIORI, 2008). A virtualização da moeda²¹ foi um dos principais fatores que contribuiu para a infame crise financeira internacional, com falência em grandiosos bancos de investimento, bolha especulativa imobiliária e choques na economia estadunidense: outra responsabilidade dos Estados Unidos. É possível notar que, desde 2008, os desafios enfrentados pelo país são contínuos.

21. Este termo corresponde ao dinheiro digital, por assim dizer, gerado pelos bancos. A multiplicação da moeda virtual implicou na facilidade de concessão de crédito nos Estados Unidos e a conseqüente crise do sistema financeiro internacional de 2008.

Mesmo esta potência, poderosa se comparada aos demais países do sistema, não se configura como forte o suficiente para garantir a hegemonia no mundo político e supremacias política e militar no planeta. Segundo Hobsbawm (2007) “O mundo é demasiado grande, complexo e plural. Não existe nenhuma possibilidade de que os Estados Unidos, ou qualquer outra potência singular, possam estabelecer um controle duradouro, mesmo que o desejassem.”

Ademais, somando o fenômeno da globalização, enxerga-se a transferência do centro econômico mundial das regiões do Atlântico Norte para a Ásia, o que traz uma considerável preocupação aos Estados Unidos no que diz respeito à perda relativa de sua força econômica no plano internacional. Neste sentido, é importante destacar o atual protagonismo chinês na dinâmica dos mercados asiáticos.

Em grande parte, o progresso do continente asiático pode ser analisado tendo como base a atuação da China como grande mercado importador e exportador, resposta da expansão do consumo doméstico e do esforço de industrialização do país. (VIEIRA, 2009; CINTRA; PINTO, 2015). Dentre as importações, vale destacar as commodities – minério, produtos agrícolas e petróleo – e os maquinários tendo em vista a modernização do parque industrial chinês, ao passo que suas exportações são, principalmente, produtos de tecnologia da informação (TI).

No ano de 2014, os países emergentes do continente asiático²² receberam IED no valor de US\$465 bilhões de dólares, um aumento de 9% desde o ano de 2012, como demonstram os dados da Tabela 3. Comparado aos demais mercados regionais, desenvolvidos e em desenvolvimento, as economias asiáticas foram as únicas que tiveram um crescimento contínuo de investimentos estrangeiros em seus países.

As cadeias globais de produção merecem atenção no processo de desenvolvimento da economia chinesa e atração de investimentos externos, com destaque aos de países desenvolvidos. Grandes empresas transnacionais, dos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul fornecem suprimentos necessários para elaboração final de seus produtos na China, atraídos pela mão-de-obra barata – apesar da melhoria no salário do trabalhador chinês²³. Neste sentido,

22. Conforme pesquisa da UNCTAD, os países desta região não foram discriminados. Aponta-se, no entanto, as regiões do Leste e Sudeste Asiático.

23. Segundo dados da China Labour Bulletin, houve um crescimento próximo de dois dígitos no salário médio anual nacional para os trabalhadores urbanos desde 2004, chegando a um total aproximado de US\$9,000 para o ano de 2014.

[...] as empresas chinesas ainda capturam um valor bem menor do que as grandes empresas americanas (de marcas mundiais) que permanecem no topo do processo da globalização produtiva. Portanto, parte dos déficits comerciais do EUA em relação à China esconde a geração de valor para as empresas americanas, que eleva substancialmente a lucratividade dessas empresas (GONÇALVES; PINTO, 2013).

Tabela 3 - *Ranking* das regiões do mundo que mais receberam IED entre os anos 2012 - 2014 (em bilhões de dólares)

Região	2012	2013	2014
Países em desenvolvimento da Ásia	401	428	465
Europa	401	326	289
América do Norte	209	301	149
Economias em transição*	85	100	48
África	56	54	54

* Segundo publicação da UNCTAD, poderão ser entendidos como “Economias em transição” os países do sudeste da Europa, da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Geórgia.

Fonte: (UNCTAD, 2015)

Este método de produção é, no entanto, bem visto para a própria melhoria dos negócios nacionais, que passam a adotar novas capacidades tecnológicas, aprimorando suas mercadorias e tornando-se mais competitivos no mercado internacional (CINTRA; PINTO, 2015). Empresas chinesas como Huawei, Lenovo e Alibaba vêm conquistando espaço entre os consumidores mundiais, servindo como alternativa às marcas populares do mundo ocidental.

No que tange às relações internacionais, a China é um dos países que mais mantém vínculo com grupos regionais dos mais diversos fins: segurança/militar, comércio, econômico, investimento/desenvolvimento. É notável um certo protagonismo chinês em algumas organizações, a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA) é um exemplo disto. Sem participação do Japão ou dos Estados Unidos, a China tem mais espaço para cuidar de assuntos relacionados à segurança da região, aproveitando para aproximar-se dos vizinhos do Sudeste Asiático.

A participação na Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) é outra importante articulação para a China, senão a mais importante no que tange à questão da segurança, principalmente por ser resposta de uma ação diplomática da própria potência emergen-

te, a primeira ligada a este tema. Este organismo, pode ser entendido, mesmo que parcialmente, como uma reação à expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o leste e as subsequentes ameaças que isso representaria (MUNDORAMA, 2013).

Somando-se a isso, as recentes iniciativas lançadas pela China influenciam na ascensão do país em cenário internacional. O *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), que contará com a participação de grandes potências europeias, como Alemanha e Reino Unido, funcionará como instituição financeira voltada para investimentos na região da Ásia e dos países do Pacífico. O fundo contará com um valor total de US\$100 bilhões, não obstante, o maior investimento será da China.

Fora isso, o projeto *One Belt, One Road*, liderado pelo presidente Xi Jinping, visa arrecadar fundos para a construção de estradas e canais marítimos, com objetivo final de estabelecer uma área de conexão asiática, europeia e africana. (GRIFFITH-JONES, 2015). Outro organismo que exclui a participação dos Estados Unidos, e mais ainda, o Japão, cedendo espaço para o protagonismo chinês nos investimentos ao redor do mundo, e consequentemente, amplificando sua influência nas relações internacionais.

Conclusão

O crescente papel desempenhado pela China no sistema internacional, principalmente no campo econômico, mas não excluindo outros setores relevantes como o financeiro, por exemplo, não equipara-se, atualmente, ao poderio estadunidense. Os EUA ainda são os detentores da moeda de curso internacional, possuem maior cota e representatividade em importantes organismos internacionais financeiros, apresentam alta capacidade tecnológica e abundância em recursos naturais, assim como contam com mercado doméstico com significativo poder aquisitivo.

Esta ideia não exclui, todavia, a percepção da redução do poder relativo do país, na medida em que reconhece a ascensão chinesa e seu protagonismo nas relações econômico-financeiras globais. Por outro lado, quando se pensa no âmbito do BRICS, o peso da China, expresso por meio do montante destinado ao funcionamento das iniciativas financeiras, é singular. Somado a isso, os projetos de infraestrutura liderados pelo país, como o AIIB, e as relações regionais diversas, fazem da China um *global trader*.

Embora uma importante plataforma para discussão de objetivos comuns, reuniões anuais e fóruns de cooperação, ainda não é clara a posição do BRICS diante da ordem internacional vigente. Isso não quer dizer que não houveram expressivas conquistas, em seus breves anos de existência – pelo contrário. As atividades do BRICS, principalmente no que tange à elaboração dos instrumentos financeiros, deram um passo a mais à institucionalização do grupo.

O NBD e ACR são criações muito recentes, com pouco resultado efetivo para análise. Contudo, com base em seus documentos fundacionais, observa-se o interesse destes em complementar as atividades financeiras das instituições internacionais, tais como FMI e BM, em oposição a servir como alternativa às mesmas. Ademais, espera-se que o NBD e o ACR impulsionem as articulações no âmbito Sul-Sul e criem condições para os países emergentes e em desenvolvimento a ganharem voz e espaço no cenário dos investimentos financeiros.

Referências

AIZENMAN, Joshua; BINICI, Mahir; HUTCHISON, Michael. The transmission of federal reserve tapering news to emerging financial markets. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, n.19980, 2014. (NBER Working Paper Series)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Declaração de Fortaleza**. Brasília: MRE, 2014a. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza>. Acesso em: 12 de set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **I Cúpula**: Declaração Conjunta. Brasília: MRE, 2009. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>. Acesso em: 16 de set. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **VI Cúpula do BRICS**: Declaração de Fortaleza. Brasília: MRE, 2014b. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/imprensa/comunicados-de-imprensa/215-vi-cupula-do-brics-declaracao-de-fortaleza>. Acesso em: 18 de jan. 2016.

WAGES and employment. **China Labour Bulletin**, 2016. Disponível em: <<http://www.clb.org.hk/en/content/wages-china>>. Acesso em: 4 de fev. 2016.

CINTRA, Marco Antonio M.; PINTO, Eduardo C. **China em transformação**: transição e estratégias de desenvolvimento. Rio de Janeiro: IE-UFRJ Discussion Paper 006, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_006_2015_CINTRA_PINTO.pdf> Acesso em: 30 de jan. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Edital seleciona programas de pós-graduação para participar de Univer-**

sidade em Rede do BRICS. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7793-edital-seleciona-programas-de-pos-graduacao-para-participar-de-universidade-em-rede-do-brics>>. Acesso em: 30 de jan. 2016.

DUARTE, Paulo. A Organização de Cooperação de Xangai: origens e missão. **Mundorama**, 2013. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2013/12/04/a-organizacao-de-cooperacao-de-xangai-origens-e-missao-por-paulo-duarte/>> Acesso em: 18 de fev. 2016.

EICHENGREEN, Barry; GUPTA, Poonam. Tapering talk: the impact of expectations of reduced Federal Reserve security purchases on emerging markets. **Policy Research Working Paper Series**, n. 6754, 2014.

ESTADOS UNIDOS. **Foreign Portfolio Holdings of U.S Securities**. Washington: United States Department of the Treasury. Disponível em: <<http://ticdata.treasury.gov/Publish/shl2014r.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016

ESTADOS UNIDOS. **GDP at market prices (current US\$)**. Washington: World Bank, 2016a. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ESTADOS UNIDOS. **GDP per capita (current US\$)**. Washington: World Bank, 2016b. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ESTADOS UNIDOS. **IMF members' quotas and voting power, and IMF board of governors**. Washington: International Monetary Fund, 2016c. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>>. Acesso em: 4 mar. 2016

ESTADOS UNIDOS. **Foreign Portfolio Holdings of U.S. Securities**. Washington: U.S Department of the Treasury, 2015. Disponível em: <<http://ticdata.treasury.gov/Publish/shl2014r.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ESTADOS UNIDOS. **National Security Strategy 2010**. Washington: National Security Strategy Archive, 2010. Disponível em: <<http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ESTADOS UNIDOS. **The World Factbook**. Washington: Central Intelligence Agency, 2016d. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2188rank.html>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

FIORI, José Luis. A moeda, o crédito e o capital financeiro. **Carta Maior**, 2008. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-moeda-o-credito-e-o-capital-financeiro/20853>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

FIORI, José L. **The Global Power Formation**. In: O Poder Americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. Disponível em: <<http://www.poderglobal.net/wp-content/uploads/2004/11/Fiori-The-Global-Power-Formation.pdf>> Acesso em: 30 de jan. 2016.

FOREIGN exchange reserves. [S.l]: Trading Economics, 2016. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/country-list/foreign-exchange-reserves>> Acesso em: 30 de jan. 2016.

GONÇALVES, Reinaldo; PINTO, Eduardo C. **Transformações globais, poder efetivo e o protagonismo da China**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ Discussion Paper 017, 2013. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/2013/IE-TD017-2013.pdf>> Acesso em 30 de jan. 2016.

GOWAN, Peter. **A roleta global**: uma aposta Faustina de Washington para a dominação do mundo. São Paulo: Record, 2003.

GRIFFITH-JONES, Stephany. **A BRICS development bank**: a dream coming true? Suíça: UNCTAD, 2014. (Discussion Paper No. 215).

GRIFFITH-JONES, Stephany. **Financing global development**: the BRICS new development bank. Alemanha: German Development Institute, 2015

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IKENBERRY, Gilford John. Getting hegemony right. **The National Interest**. Spring 2001. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/article/getting-hegemony-right-559>>. Acesso em: 16 set. 2016.

IKENBERRY, Gilford John. The future of the liberal world order. **Foreign Affairs**, 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2011-05-01/future-liberal-world-order>>. Acesso em: 16 set. 2016.

MISHRA, Prachi et al. MORIYAMA, Kenji; N'DIAYE, Papa; NGUYEN, Lam. **Impact of fed tapering announcements on emerging markets**. Washington: International Monetary Fund, 2014. (IMF Working Paper WP/14/109).

OUGAARD, Morten. The reconfiguration of the transnational power bloc in the crisis. **European Journal of International Relations**, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PORTAL BRASIL. **Brics libera R\$ 24 milhões para financiar projetos de pesquisa**. Brasília: Portal Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2016/01/brics-libera-r-24-milhoes-para-financiar-projetos-de-pesquisa>>. Acesso em: 4 de fev. 2016.

SACHS, Laís B. Os BRICS e a reforma da ordem econômica internacional. **Mundo-rama**, 2014. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2014/09/24/os-brics-e-a-reforma-da-ordem-economica-internacional-por-lais-bueno-sachs/>>. Acesso em: 12 de set. 2016.

RICE, Condoleezza. Campaign 2000: promoting the national interest. **Foreign Affairs**, 2000. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2000-01-01/campaign-2000-promoting-national-interest>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

STUENKEL, Oliver. BRICS: the survivor. **Public Finance International**, London, 2015. Disponível em: <<http://www.publicfinanceinternational.org/opinion/2016/09/brics-survivor>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

SUÍÇA. **World Investment Report 2015**. Genebra: UNCTAD. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf> Acesso em: 30 de jan. 2016.

VIEIRA, Flavio V. **Economia e desenvolvimento em países emergentes**. Campinas: Alínea, 2009.

YOUNIS, Musab. China and Brazil: a new phase in the 'global currency war'? **Globalisation and Development**. Reino Unido: Globalisation and Devenlopment, 2013. Disponível em: <<http://www.globalisationanddevelopment.com/2013/07/china-and-brazil-new-phase-in-global.html>>. Acesso em: 25 de set. 2016.

WHAT is quantitative easing? **BBC News**, Reino Unido, 4 ago 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-15198789>>. Acesso em: 28 jan. 2016

Aprovado: 24/10/2016

Recebido: 02/08/2016